



Código da Disciplina: FLS.5350-2 – 2º semestre/ 2024

Nome da Disciplina: Antropologia do Direito

Docente Responsável: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

Nº de créditos: 8

Duração: 12 semanas

1) Objetivos

Apresentar os contornos do surgimento e do desenvolvimento da antropologia do direito em alguns países, com ênfase e aprofundamento em propostas que vêm constituindo, desde o final dos anos 1970, a antropologia do direito no Brasil, caracterizada por estreitos diálogos com estudos de gênero e de outros marcadores sociais da diferença, além de interfaces com a antropologia da política, do Estado e com os Direitos Humanos.

2) Justificativa

Além de a antropologia do direito acumular um vasto conjunto de referências bibliográficas em diversas línguas, há aproximadamente 40 anos ela vem se expandindo e se adensando no Brasil, onde existem, hoje, vários grupos e núcleos de pesquisa a ela voltados, especialmente vinculados a programas de pós-graduação em antropologia social de universidades públicas. Igualmente variadas são as atividades promovidas por esses grupos e núcleos em congressos, seminários e reuniões de associações internacionais e nacionais de antropologia.

O Núcleo de Antropologia do Direito da USP (NADIR), criado em abril de 2008, vem, desde 2009, nos anos ímpares, realizando os Encontros Nacionais de Antropologia do Direito (ENADIR) e fazendo um mapeamento/balanço-crítico do estado da arte no país.

Por fim, vale pontuar que com os Pareceres nº 55/2004 e 211/2004 do CNE/CES (Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior), a antropologia passou a fazer parte dos currículos dos cursos de graduação em Direito, o que tem demandado de docentes, seja com formação jurídica, seja com formação em antropologia/ ciências sociais ou mesmo com ambas, uma especial capacitação em antropologia do direito

3) Conteúdos

A disciplina será desenvolvida em 12 aulas semanais expositivo-dialogadas que introduzirão problemáticas e propiciarão debates. Serão indicadas leituras obrigatórias e complementares para cada aula, a partir da 2ª, bem como alguns documentários e filmes, com base nos quais, seja após explicações da docente e/ou de estudantes encarregad@s de seminários, a palavra circulará entre @s presentes para que os temas, elencados a seguir, sejam explorados e aprofundados

Segue um quadro-síntese com datas e conteúdos:

¹ - Versão sujeita a pontuais ajustes até o início das aulas.



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

Aulas	Dias	Seminários	Conteúdos
1ª	12/08	---	Panorama do campo de estudos e pesquisas da antropologia do direito.
2ª	19/08	---	A antropologia do direito no Brasil. Dos primeiros estudos a um “mapa-balanço” atual: as 8 edições dos ENADIR (Encontros Nacionais de Antropologia do Direito): 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023.
3ª	26/08	1º	Justiça, lei e costume nas “sociedades primitivas”: alguns textos antropológicos clássicos e reverberações presentes.
De 02 a 06/09			Semana da Pátria – não haverá aulas
4ª	09/09	2º	Encontro entre os saberes antropológico, psicológico, médico e jurídico. A antropologia criminal e seus desdobramentos.
5ª	16/09	3º	Repressão e criminalização de práticas mágico-religiosas no Brasil: um balanço e questões atuais.
6ª	23/09	4º	Fatos, leis e perspectivas comparativas.
7ª	30/09	5º	Fontes documentais em pesquisas antropológico-jurídicas.
8ª	07/10	---	Leituras antropológicas do Tribunal do Júri (1ª parte).
Data a definir	“Aula de campo” (optativa)		Experiência etnográfica coletiva em um julgamento pelo Tribunal do Júri de São Paulo (Fórum da Barra Funda).
9ª	14/10	6º	Leituras antropológicas do Tribunal do Júri (2ª parte) e de outros rituais do Estado.
10ª	21/10	7º	Violência(s), o Estado e suas margens.
28/10			Feriado – Dia do Servidor Público
11ª	04/11	8º	Abordagens antropológicas de profissões do sistema de justiça no Brasil.
12ª	11/11	---	Antropologia, Ética e Direitos Humanos.

4) Critérios de avaliação

Será obrigatório que cada estudante prepare e apresente ao menos um seminário, participe da discussão dos demais, bem como das aulas, além de ter que entregar um *paper* logo após o término da disciplina.

4.1) Os seminários, com duração de 30 a 40 minutos, individuais, se voltarão para o(s) texto(s) de leitura obrigatória e, preferencialmente, também para os de leitura complementar, cujos conteúdos deverão ser apresentados em slides contendo:

- Destaques da vida e da obra dos(as) autores(as);
- 2 a 4 argumentos-chave de cada texto e porque foram assim considerados, com a indicação e citação dos trechos em que se encontram;
- Eventuais dúvidas, sob a forma de perguntas;



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

O arquivo com os slides (em ppt e/ou pdf) deverá ser encaminhado para o e-mail da professora, alps@usp.br, até, no máximo, o dia seguinte ao respectivo seminário.

A nota atribuída ao seminário (de zero a 10,0) comporá 33% (1/3) da média final (MF).

Caso alguém apresente mais de um seminário, ficará com a melhor nota.

4.2) O *paper*, com no máximo 40 mil caracteres com espaços (incluindo a página de rosto e as referências bibliográficas), deverá relacionar a pesquisa do(a) estudante (o projeto e estágio atual deverão ser resumidamente apresentados em uma introdução) com ao menos dois textos de leitura obrigatória. A proposta é contribuir para a elaboração de futuros capítulos de dissertações ou teses, bem como para eventuais *papers* a serem apresentados em congressos e/ou artigos a serem submetidos à publicação.

A data limite para a entrega do *paper* será oportunamente agendada. Ele deverá ser enviado para o e-mail da professora, alps@usp.br, em formato doc (Word), e no campo “assunto” do e-mail escrever: *Antropologia do Direito + seu nome*.

• A nota atribuída ao *paper* (de zero a 10,0) comporá 67% (2/3) da média final (MF) que, portanto, será assim calculada:

$$\text{MF} = \frac{\text{nota do seminário} + (\text{nota do } \textit{paper} \times 2)}{3}$$

Notas e conceitos:

A = 8,6 a 10,0

B = 7,0 a 8,5

C = 5,0 a 6,9

D = 3,0 a 4,9

E = 0,0 a 2,9

O conceito mínimo para aprovação é “C” e a frequência mínima é 75% (presença em 9 das 12 aulas). Questões particulares serão analisadas caso a caso.

5) Bibliografia (Programa Detalhado³)

1ª aula - Apresentações d@s estudantes, de suas pesquisas, da professora e da disciplina, seguidas do **Panorama do campo de estudos e pesquisas da antropologia do direito**.

Leituras posteriores obrigatórias

VILLAS BÓAS FILHO, Orlando. “Antropologia jurídica” In *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*.

CAMPILONGO, Celso Fernandes et al (coord.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; ALMEIDA, Gabriela Perissinotto de; MESSIAS, Letícia de Sousa. “Nas teias da Antropologia do Direito e de outras aventuras interdisciplinares: entrevista com Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer” In *Interdisciplinaridade e Métodos de Pesquisa em Direito*.

CARNEIRO, Cynthia Soares et al (orgs). São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, pp.263-285.

² - Vários dos textos indicados estão disponíveis para download na internet. Na próxima versão deste programa, os links atualizados estarão registrados. Ajustes poderão ser feitos até o início das aulas, como a inclusão de textos e eventuais trocas entre leituras prévias obrigatórias, posteriores sugeridas e para seminários.



2ª aula - A antropologia do direito no Brasil. Dos primeiros estudos a um “mapa-balanço” atual: as 8 edições dos ENADIR (Encontros Nacionais de Antropologia do Direito): 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023.

Leituras prévias obrigatórias

LIMA, Antonio Carlos de (org.). “Apresentação; Introdução; Antropologia Jurídica” In *Antropologia e Direito. Temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/ Brasília: Contracapa/ LACED/ Associação Brasileira de Antropologia, 2012, pp.11-54.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; ANGOTTI, Bruna. “O NADIR e o VI ENADIR: trajetórias e apontamentos”. *Abya Yala. Revista sobre Acesso à Justiça e Direito nas Américas*, v. 4, n. 2, 2020, pp.07-15.

Navegação por <https://enadir2023.blogspot.com/>, em especial pelas abas:

NADIR – <https://enadir2023.blogspot.com/p/nadir.html>

Apresentação – <https://enadir2023.blogspot.com/p/apresentacao.html>

Leituras posteriores sugeridas

VILLAS BÓAS FILHO, Orlando. “Entrevista com Norbert Rouland”. *Revista Direito Mackenzie*, v.12, n.02, 07/2006

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “O ensino da antropologia jurídica e a pesquisa em direitos humanos” In NALINI, José Renato e CARLINI, Angélica Lucía (coord.). *Direitos Humanos e Formação Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, pp.137-153.

“Navegações” sugeridas

<http://periodicos.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/viewFile/6656/47965692>

<http://www.ineac.uff.br/>

<https://www.ufrgs.br/naci/>

<http://levis.cfh.ufsc.br/>

<https://nev.prp.usp.br/>

Visitar, explorar, pensar

<http://nadir.fflch.usp.br/anais>

<https://enadir-2021.blogspot.com/>

<https://enadir-2019.blogspot.com/>

<http://enadir-2017.blogspot.com/>

<http://enadir2015.blogspot.com/>

<http://enadir2013.blogspot.com/>

<http://enadir2011.blogspot.com/>

<http://prticasdejustiaediversidadecultural.blogspot.com/2009/06/i-enadir-encontro-nacional-de.html>

3ª aula - Justiça, lei e costume nas “sociedades primitivas”: textos antropológicos clássicos e reverberações presentes.

Leitura prévia obrigatória

MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília/ São Paulo: Ed. UnB/ Imprensa Oficial do Estado, 2003 (especialmente: Prefácio, Introdução, caps. I, II, V, X, XI, XII e XIII da Parte I e caps. I, II e IV da Parte II).

S.1 – O livro, na íntegra (96 pp).

Leituras posteriores sugeridas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Introdução a uma leitura de Mauss” In *Marcel Mauss: antropologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 11. São Paulo: Ática, 1979, pp.7-50.



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

- DURHAM, Eunice. “Malinowski (1884-1942): vida e obra” In *Malinowski. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, 2ª ed., pp.VI – XXIV.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’ In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 367-397.
- PETROPOULEAS, Suzana. “Mesmo crime, diferentes sanções. O viés antropológico da punição”. *Revista ComCiência*, Dossiê 18, maio 2017.
- PINA CABRAL, João de & VIEGAS, Susana de Matos (org.). Nomes e ética: uma introdução ao debate. In *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra: Ed. Almedina, 2007, pp.13-37 (cap. I).
- RABINOVICI, Andrea; BOIN, Carla; ZAPPAROLLI, Celia Regina (orgs.). *Mediação e práticas restaurativas nas universidades: experiências e inspirações*. Diadema: V&V Editora, 2022 (especialmente: SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; LIMA, Ricardo da Cunha. “A Universidade de São Paulo e a regulação da convivência em seus campi: resistências a formas dialógicas de gestão de conflito”, pp.155-175.)
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “Nomes em julgamento: práticas judiciais padronizando identidades sexuais”. In PINA CABRAL, João de & VIEGAS, Susana de Matos (org.). *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra: Ed. Almedina, 2007, pp.89-119 (cap. IV).

4ª aula - Encontros entre os saberes antropológico, psicológico, médico e jurídico. A antropologia criminal e seus desdobramentos.

Leitura prévia obrigatória

ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus. O surgimento dos presídios femininos no Brasil*. São Paulo: IBCCrim, 2012 (cap. 3). **S.2**

Leituras posteriores sugeridas

- ANGOTTI, Bruna. “O que é estado puerperal? Saberes em jogo” (cap.4) In *Da solidão do ato à exposição judicial: uma abordagem antropológico-jurídica do infanticídio no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2019.
- CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro/ São Paulo: EdUERJ/ EdUSP, 1998.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 (sem cópia digitalizada).
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, Michel. “Aula de 8 de janeiro de 1975” In *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp.3-37.
- FRY, Peter & CARRARA, Sérgio. “As vicissitudes do liberalismo no código penal brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.1, v. 2, 1986, pp. 13-32.
- FRY, Peter. “Direito positivo versus direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho” In FIGUEIRA, Sérvulo A.(org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 116-141.
- FRY, Peter. “Febrônio índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei” In EULÁLIO et alí. *Caminhos Cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp.65-80 (sem cópia digitalizada).
- SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, cap. 5 e Considerações finais: pp. 141-188 e 239-250.



5ª aula - Repressão e criminalização de práticas mágico-religiosas no Brasil: um balanço e questões atuais.

Leituras prévias obrigatórias

NICÁCIO, Camila. "A formalização da intolerância religiosa em registros policiais: retrato de um problema em (des)construção". *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar*. v. 10 n. 2 (2020): Maio/ Agosto de 2020, pp.557-583. **S.3**

GIUMBELLI, Emerson. "Crucifixos invisíveis: polêmicas recentes no Brasil sobre símbolos religiosos em recintos estatais". *Anuário Antropológico*, 36(1), 2011, pp.77-105. **S.3**

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. "Introdução" e cap. II In *Sortilégio de Saberes. Curandeiros e Juízes nos Tribunais Brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004, pp.17-19 e 55-81.

Leituras posteriores sugeridas

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MIRANDA, Ana Paula. "Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro". *Anuário Antropológico*, 2, 2010, pp.126-152.

MONTERO, Paula. "Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1), 2012, pp.167-183.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Caps. IV e V In *Sortilégio de Saberes. Curandeiros e Juízes nos Tribunais Brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004, pp.105-174.

6ª aula - Fontes documentais em pesquisas antropológico-jurídicas

Leituras prévias obrigatórias

FERREIRA, Letícia e LOWENKRON, Laura. "Introdução" In *Etnografia de documentos. Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro; Editora E-papers, 2020, pp. 5-16. **S.4**

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita & NADAI Larissa. "Reflexões sobre burocracia e documentos: apresentação do dossiê". *Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, "Dossiê Burocracia e documentos: olhares etnográficos", v. 17, n.3, 2015, pp. 7-13. **S.4**

FERREIRA, Letícia. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana*, v. 19, n. 1, 2013, pp. 39-68. **S.4**

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. "Tribunais brasileiros – (1900-1990). Fontes e metodologia" (cap. III) In *Sortilégio de Saberes - Curandeiros e Juízes nos Tribunais Brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004, pp. 83-103.

Documentário que será exibido e discutido em aula: SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Fios da Vida, NTSC, cor, 20 min, 2013 – <https://vimeo.com/87861772>

Leituras posteriores sugeridas

BESEN, Lucas Riboli. "Uma questão de Estado: performando o sexo através de provas judiciais em processos de retificação do registro civil de pessoas travestis e trans". Paper apresentado no GT.38 (Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa) do *44º Encontro Anual da ANPOCS*, 2020.

FERREIRA, Letícia e LOWENKRON, Laura. *Etnografia de documentos. Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro; Editora E-papers, 2020 (cap. 1).

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GINZBURG, Carlo. "O inquisidor como antropólogo" In *A micro-história*. Lisboa: Difel, 1989, pp. 203-214.

GIUMBELLI, Emerson. "Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online] 2002, vol.17, n.48, pp. 91-107.



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários” In *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 46, mar. 2016, pp. 93-112.

ZARIAS, Alexandre. *Negócio público e interesses privados: a interdição civil e os dramas de família*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 2005, “Prefácio de Heloísa Pontes”, “Apresentação” e Cap. 1, pp. 11-16 e 21-77.

7ª aula - Fatos, leis e perspectivas comparativas

Leituras prévias obrigatórias

GEERTZ, Clifford. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa” In *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, pp. 249-356. **S.5**

Leituras posteriores sugeridas

EILBAUM, Lucía. “Só por formalidade”: a interação entre os saberes antropológico, jurídico e judicial em um “juízo penal”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 38, jul./dez. 2012, pp. 313-339.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008, pp. 3-21.

KANT DE LIMA, Roberto. “Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”. *Anuário Antropológico / 2009 - 2*, 2010, pp. 25-51.

LUPETTI BAPTISTA, Bárbara Gomes; DUARTE, Fernanda; IORIO FILHO, Rafael Mario. “Direitos Humanos e Sensibilidades Jurídicas”. *Revista Confrontos*, ano iv, pp. 16-34, 2022.

MELLO, Kátia Sento Sé; MOTA, Fábio Reis; SINHORETTO, Jacqueline. *Sensibilidades jurídicas e sentidos de justiça na contemporaneidade: interlocução entre antropologia e direito*. Niterói: EdUFF, 2013.

8ª aula - Leituras antropológicas do Tribunal do Júri (1ª parte).

Leituras prévias obrigatórias

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2002. (Partes a definir ou artigos correlatos).

Leituras posteriores sugeridas

ALMEIDA, Gabriela Perissinotto. *O processo de tomada de decisão de jurados em casos de feminicídio*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, 2024.

BALANDIER, Georges. *O Poder em cena*. Brasília: Editora UnB, 1982.

CORREIA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, nº 13, 2005, pp.155-161.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcelos. *O Ritual Judiciário do Tribunal do Júri: o caso do Ônibus 174*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2007

GEERTZ, Clifford. “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa” In *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 278-321.

HUIZINGA, Johan. “Prefácio”, “Natureza e significado do jogo como fenômeno cultural” (cap.1) e “O jogo e o direito” (cap.4) In *Homo ludens. O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.



9ª aula - Leituras antropológicas do Tribunal do Júri (2ª parte) e de outros rituais do Estado.

No início desta aula, trocaremos ideias sobre a “aula de campo”, caso tenhamos conseguido realizá-la entre a aula passada e esta, e as relacionaremos às duas aulas.

Leituras prévias obrigatórias

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “Na dúvida, foi moralmente condenada ao invés de legalmente absolvida: etnografia de um julgamento pelo Tribunal do Júri de São Paulo, Brasil”. *Revista de Antropologia*, 63(3), 2020, pp. 01-28.

Leituras posteriores sugeridas

BEVILAQUA, Ciméa e LEIRNER, Piero de Camargo. “Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro”. *Revista de Antropologia*. 2000, vol.43, n.2, pp. 105-140.

CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.) *Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

LEIRNER, Piero de Camargo. “A pesquisa de campo com militares: algumas questões metodológicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.34, v.12, junho de 1997.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “Provas periciais e testemunhais em plenários dos Tribunais do Júri brasileiro e francês: uma análise comparativa antropológico-jurídica”. *Memorias del VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología. Desafíos emergentes. Antropologías desde América Latina y el Caribe*. Volumen 2, Asociación Latinoamericana de Antropología, 2022, pp. 783-795.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “Apresentação. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal”. *Revista de Antropologia*, v. 55, 2012. pp. 559-564.

SOUZA LIMA Antonio Carlos de; MACEDO e CASTRO, João Paulo. “Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s)”. *Revista Antropológicas*, 26(2), 2015. pp. 17-54.

10ª aula – Violência(s), o Estado e suas margens

Leituras prévias obrigatórias

DAS, Veena e POOLE, Deborah. “El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”. *Cuadernos de Antropología Social*, Universidad de Buenos Aires, núm. 27, 2008, pp. 19-52. **S.6**

KLINK, Ana Clara. “Um pé dentro, o outro fora”: tempos, espaços e ritmos do confinamento extraprisional. Dissertação de Mestrado. FFLCH, PPGAS, USP, 2024 (capítulo a definir).

Leituras posteriores sugeridas

ARAÚJO, Fábio. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHALOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Maria Claudia. “Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções”. *Mana*, 16, pp. 1-20, 2010.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência descida ao ordinário*. São Paulo, Ed. Unifesp, 2020.

MENEZES, Caroline. *Silêncios e ruídos: registros (auto)etnográficos da violência em uma comunidade carioca*. Dissertação de Mestrado. FFLCH, PPGAS, USP, 2024.

FASSIN, Didier. *A sombra do mundo: Uma Antropologia da Condição Carcerária*. São Paulo: UNESP, 2019.

FELTRAN, Gabriel. “O legítimo em disputa: As fronteiras do ‘mundo do crime’ nas periferias de São Paulo”. *Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, v. 1, n. 1 (2008), pp. 93-126.



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

- GODÓI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2015.
- KANT de LIMA, Roberto. “Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.10, v.4, jun 1989, pp.65-84.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, vol. 22, núm. 3, septiembrediciembre, 2007, pp. 545-591.
- MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, 2008, pp. 371-385. 2008.
- SOUZA, Fátima Aparecida de. “Efeitos de sentido de silêncios constitutivos do racismo: o caso dos 80 tiros”. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 63, out./dez. 2022. pp. 1-14.
- TELLES, Vera da Silva. “Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica”. *Contemporânea*. Vol.3, n.2, Jul-Dez 2013, pp. 359-373.

11ª aula - Abordagens antropológicas de profissões do sistema de justiça no Brasil.

Leituras prévias obrigatórias

- ANTUNES, Sara Vieira Sabatini. “A arte da perícia” (cap.4) In *Perigosos e inimputáveis: a medida de segurança em múltiplas dimensões*. Tese. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2022. **S.7**
- NADER, Laura. “Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima”. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 49, 2020, pp. 328-356. **S.7**

Leituras posteriores sugeridas

- LEITE, Ilka Boaventura. “Os Laudos Periciais: um novo cenário na prática antropológica” In LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Nuer/ ABA, 2005, pg. 13-28
- GOMES, Janaína Dantas Germano. *Cartórios judiciais e o acesso à justiça: tensões e disputas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de São Paulo, 2017.
- LEWANDOWSKI, Andressa. “Entre a política e a técnica: prática jurídica no Supremo Tribunal Federal brasileiro”. *Etnográfica* [Online], vol. 23 (2), 2019.
- NADAI, Larissa. “Vasculhar pedaços, produzir papéis: sobre vestígios e técnicas de perícia”. *Cadernos Pagu* (64), 2022.
- SABAINI, Raphael Tadeu. *Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina-SP*. Dissertação de Mestrado. FFLCH, PPGAS, USP, 2012.
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore (et alli). “Uma etnografia dos cartórios judiciais. Estudo de caso em cartórios judiciais do estado de São Paulo” In *Cadernos Direito GV – Relatório de Pesquisa* 24, v.5, n.4, julho 2008, especialmente os itens 1, 2, 10, 11, 12 e 15.
- TAETS-SILVA, Adriana Rezende Faria. *Abrindo e fechando celas: identidades de agentes de segurança penitenciária femininas*. Dissertação de Mestrado. FFLCH, PPGAS, USP, 2012.

12ª aula - Antropologia, Ética e Direitos Humanos

Leituras prévias obrigatórias

- ABA (Associação Brasileira de Antropologia). *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. **S.8**
- CNS (Conselho Nacional de Saúde), *Resolução 510/2016*. **S.8**

Leituras posteriores sugeridas

- DINIZ, Debora et ali. *Ética em pesquisa: temas globais*. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2008.



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

FLEICHER, Soraya & SCHUCH, Patrice (orgs). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2010.

NADER, Laura. “Num espelho de mulher: cegueira normativa e questões de direitos humanos não resolvidas” In *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, maio de 1999, pp. 61-82,

SARTI, Cynthia e DUARTE, Luiz Fernando Dias (orgs.) *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. Brasília, DF: ABA, 2013.

SEGATO, Rita Laura. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais”, *Mana*, n.1, vol. 12, abr./2006, pp. 207-236.

SÉRIE Antropologia e Direitos Humanos, Associação Brasileira de Antropologia, 9 volumes.

VICTORA, Ceres et alli (orgs). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUUF, 2004.

“Navegações” sugeridas

. <https://pesquisa.fflch.usp.br/cep> , especialmente <https://pesquisa.fflch.usp.br/textos-cep>

